

Balço ambiental: ferramenta de crescimento sustentável

Claudia Viviane Pereira

Graduanda do Curso de Administração de Empresas com habilitação em Recursos Humanos das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila (Fatea) – Lorena - SP.

clauviviiane@hotmail.com

Jorge Gomes Couto

Professor do Curso de Administração da Fatea.

jgomes@tubosapolo.com.br

Henrique Martins Galvão

Professor Mestre do Curso de Administração das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila

hengal.adm.fatea@gmail.com

Resumo

A sustentabilidade é um tema amplamente divulgado e à medida que os recursos ambientais correm riscos de extinção, a responsabilidade ambiental das organizações passou a ser fator de preocupação geral na sociedade e a visibilidade de suas ações, instrumento de análise de gestão consciente. Sendo o objetivo da Contabilidade mensurar e divulgar informações analíticas, esta não pode mais deixar de divulgar informações de cunho ambiental em seus relatórios. Apesar do tema ser ainda um tabu, gerar medo e preocupação em muitas empresas, os profissionais ligados às áreas, ambiental e contábil, buscam constantemente, aperfeiçoar e adaptar os instrumentos contábeis, para dar ao contexto ambiental a credibilidade desta ciência. Este artigo tem como objetivo propor um modelo de Balço Ambiental (BA), que apresente os lançamentos contábeis num formato de fácil elaboração, entendimento e avaliação, permitindo que a empresa possa adotá-lo e tornar pública a sua atuação. A metodologia utilizada consistiu em um levantamento bibliográfico sobre a gestão ambiental, bem como, em pesquisa e análise qualitativa, que buscam as formas utilizadas pelas empresas na divulgação de suas atuações, permitindo assim, a proposta de um modelo mais simples e de fácil adoção para as organizações.

Palavras-chave

Balço ambiental; Gestão ambiental; Sustentabilidade.

Abstract

Sustainability is an issue widely spread and as the environmental resources get the risk of extinction, the environmental responsibility of organizations becomes a concerning factor for the society and the visibility of its actions, instrument for analyzes of the conscious management. The objective of the Accountancy is the measurement and the spread of analytics information and it cannot let to spread environmental information in its reports. Though the topic is a taboo, it creates fear and concernment for several companies, the accountancy and environmental professional constantly seek to develop and adapt countable instruments to give the environmental context the credibility of this science. This article goal to propose an Environmental Countable Demonstrative model (ECD) that shows the register of countable results in an easy format for drawing up, understanding and evaluation, allowing the company to adopt and turns its performance public. The methodology uses in a bibliographical research about the environmental management such as: a research and a qualitative analyze that seek forms used by the companies for spreading of its performances, allowing the propose of a model more simple turning the adoption easier for organizations.

Keywords

Environmental Countable Demonstrative; Environmental Management; Sustainability

1 Introdução

A Gestão Ambiental, sistema absorvido pelas organizações, inicialmente por razões legais ou interesses comerciais, passou a ter maior ênfase com o aumento da discussão de temas relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, ficando evidente que a preocupação com a questão ambiental evoluiu de uma abordagem puramente econômica para uma questão ética e de responsabilidade social, a qual se pode afirmar que na maioria dos casos define a permanência da empresa no mercado.

Para Kraemer (2008) as organizações deverão incorporar à variável ambiental no aspecto de seus cenários e na tomada de decisão, mantendo com isso uma postura responsável de respeito à questão ambiental. Por outro lado, a cada dia torna-se mais complexo o processo decisório, principalmente, aqueles que envolvem investimentos que podem ser críticos em termos de riscos ambientais. De outro modo, tais investimentos devem assegurar o retorno de capital, mas que minimize o impacto ambiental. Atualmente a legislação é severa e com maiores restrições, e qualquer decisão envolvendo, por exemplo, investimentos ou instalação de uma nova fábrica ou empresa, deve considerar os aspectos legais. Muitos empresários e executivos temem tratar do assunto, por falta de orientação ou desconhecimento dos verdadeiros riscos que corre.

Neste aspecto, a Contabilidade, ciência que estuda o patrimônio do ponto vista econômico e financeiro, bem como os registros e controle das informações, assume um papel primordial e que pode agregar valor em termos de qualidade e direcionamento através do balanço ambiental. Desta forma, o balanço ambiental é um importante instrumento para melhor entendimento da integração da empresa com o meio ambiente. Além disso, o balanço ambiental demonstra o grau de envolvimento da gestão empresarial no desenvolvimento de ações eficientes envolvendo a variável ambiental.

Costa (2007) menciona a importância da contabilidade em atender não tão somente as finalidades financeiras, mas também, a ambiental, em demonstrar em termos monetários o grau de destruição potencial, e em contrapartida, as ações de conservação e preservação.

Mas, o que leva às empresas a não buscar esta ferramenta?

Evidente que tão necessário quanto cuidar, é divulgar e conscientizar os envolvidos da importância das ações que devem ser realizadas para a produção limpa e sustentável.

Portanto, o objetivo desse trabalho é propor um modelo de Balanço Ambiental simplificado e de fácil adoção, que possa ser compreendido por todo público alvo, com a credibilidade de ser submetido, inclusive, a uma auditoria, traduzindo-se numa ferramenta de excelência de gestão ambiental.

2 Fundamentação teórica

2.1 A contabilidade gerencial como sistema de informação

Desde que o homem surgiu na face da terra, nos primórdios das civilizações, a padronização de procedimentos e as oportunidades de sua verificação passaram a se tornar necessários. Pode-se, assim dizer, que a contabilidade neste sentimento de posse e na busca para o atendimento às suas necessidades, levou o homem a trocar o que possuía, desenvolvendo, o que mais tarde seria reconhecido como o início das atividades comerciais. A criação das moedas, o poder de compra e o registro do que possuía, precisavam se tornar conhecidos, visíveis para a concessão do crédito e a contabilidade, como ciência, se tornou o caminho para que este objetivo fosse atendido. Segundo Hendriksen e Van Breda (*apud* Costa

2007), a contabilidade evoluiu de acordo com a necessidade informacional do homem.

Comenta Nunes (2008) que o surgimento da contabilidade pode ser explicado pela necessidade de suprir as limitações da memória humana mediante um processo de classificação e registro que lhe permitisse recordar facilmente as variações sucessivas de determinadas grandezas, para que em qualquer momento pudesse saber a sua dimensão.

A necessidade de informação e de um sistema mais aprimorado evidenciou-se a partir da Revolução Industrial, permitindo a utilização das informações financeiras e de custos para a tomada de decisões, o que contribuiu para a ampliação do campo de atuação para outras atividades, como a bancária, a pública, a rural e, mais recentemente, a do terceiro setor e a ambiental, ganhando um aspecto totalmente gerencial. Portanto, a contabilidade gerencial será eficaz se tiver um sistema de informações contábeis integrado ao sistema de gestão empresarial, onde consolida-se todas as informações relevantes e necessárias para administrar a organização e considerar o controle como uma forma de apurar novas possibilidades e que contribuem para a redução de custos, agilidade de operação, maximização de lucros e manutenção da qualidade do produto ou serviço prestado pela empresa (COELHO apud KRAEMER, 2008).

Queiroz (*apud* KRAEMER, 2008) vê a Contabilidade como o melhor mecanismo de gestão disponível ao empresariado, onde os resultados apurados tornam-se visíveis à sociedade, com relativa facilidade, mediante a apresentação de balanços mais complexos, que incluam em seu corpo as respostas aos questionamentos sociais.

Sendo assim, através de sua forma e estrutura, a Contabilidade torna-se um sistema que tem por objetivo registrar e disponibilizar informações sobre o patrimônio da organização e o seu desempenho econômico-financeiro, para fins de controle, tomada de decisões e investimentos, sendo um excelente instrumento de identificação, registro, acumulação, análise, interpretação e informação das operações realizadas pela empresa, para os administradores, sócios e demais investidores. Portanto, são indispensáveis uma padronização, formato e uma metodologia que traduza, de forma sucinta e objetiva, os lançamentos econômicos das empresas, permitindo, ao mesmo tempo, a gestão dos indicadores e uma pesquisa situacional sobre os mesmos, inclusive, em muitas organizações, sobre o seu nível de responsabilidade social e postura ambiental (KRAEMER, 2008).

2.2 O balanço contábil e a auditoria contábil

O balanço é exatamente a exteriorização das informações, é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da empresa.

A grande importância do balanço reside na visão que ele dá das aplicações de recursos feitas pela empresa e quantos desses recursos são devidos a terceiros. Isto evidencia o nível de entendimento, a liquidez da empresa, a proporção do capital próprio e outras análises a serem verificadas. Sem dúvida, a utilização mais tradicional da contabilidade refere-se à análise de desempenho, medido pelo balanço patrimonial e demonstração de resultados do exercício, além de outras demonstrações auxiliares (OLIVEIRA, 2008).

Hoje, no entanto, não se avalia o desempenho de uma gestão apenas por esta demonstração de resultados líquidos do exercício (seja este lucro ou prejuízo), mas por uma série de componentes, indicativos da operação do negócio da empresa.

Dentre eles, serve de base o relatório e as observações de auditores contábeis, que vai desde a au-

ditoria do disponível até a auditoria do resultado, de forma integrada e entendimento sequencial lógico de todo o processo analisado, seja sobre a situação do patrimônio da organização ou a do seu desempenho econômico-financeiro.

Para Ferreira, Siqueira e Gomes (2009), a auditoria contábil tem como escopo determinar se as demonstrações contábeis da entidade auditada representam adequadamente sua situação financeira, os resultados de suas operações e seus efetivos fluxos de caixa, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

A função da auditoria contábil é não só de reportar claramente a situação, como recomendar as ações alternativas para a sua normalização. Tais ações podem incluir revisões de processos, implantação de ferramentas, de novas contas, automação de procedimentos, contratação de recursos e até mesmo a destituição dos responsáveis e abrangem o controle interno, o estudo e avaliação dos procedimentos legais, pareceres de auditoria e seus conseqüentes desdobramentos de estudo.

2.3 A responsabilidade social e o meio ambiente

A Responsabilidade Social surgiu por força de uma maior exigência no que se refere às ações que atendessem as necessidades básicas da sociedade e da atuação inadequada do governo, bem como, da percepção de que as empresas também deveriam adotar uma nova postura e políticas na gestão de seus negócios, passando também a assumir o papel de agente social e ambiental.

De acordo com Machado Filho (2006), a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) sustenta que o conceito de empresa socialmente responsável se aplicará àquela que atue no ambiente de negócios de forma que atinja as expectativas éticas, legais e comerciais do ambiente social na qual a empresa se insere.

No processo de desenvolvimento sustentável, a empresa deixa de atuar somente em seu foco empresarial e tornar-se responsável pela cadeia de processos e suas conseqüências, ficando de lado a velha introversão administrativa para levar em consideração aspectos externos que abrangem além de suas tradicionais fronteiras organizacionais ou geográficas, adaptando-se a novas posturas e políticas (CHIAVENATO; SAPIRO, 2003).

Ser socialmente responsável, condiz primeiramente com ações de preservação e cuidado com todo público envolvido na organização, os chamados *stakeholders*. Esta preocupação envolve os cuidados com colaboradores, o suporte e participação com a comunidade que a empresa está inserida, relação com clientes, acionistas e meio ambiente.

Para Chiavenato e Sapiro (2004), a responsabilidade está deixando de se limitar aos velhos conceitos de proteção passiva e paternalista ou de fiel cumprimento às regras legais para avançar na direção de proteção ativa e da promoção humana, em função de um sistema definido e explicitado em valores éticos.

Eles ainda elucidam seis razões para esta mudança:

- 1) A gradativa afirmação do conceito de cidadania;
- 2) As condições atuais de distribuição da riqueza gerada;
- 3) A forte ampliação de aspirações sociais;

- 4) A fragilização orçamentária do governo e a conseqüente convergência das esferas pública e privada para a adoção de ações de interesse social;
- 5) A postura socialmente responsável como atributo estratégico para a sobrevivência, o crescimento e a perpetuação das organizações;
- 6) A busca por referenciais éticos, como pontos de sustentação de políticas, processos e ações.

A relação Empresa x Meio Ambiente retrata atualmente a imagem da empresa e sua capacidade de gerir, cuidar, preservar, manter e renovar. É ferramenta estratégica da organização que se propõe a manter seus objetivos operacionais com preservação ambiental.

Para Becke (*apud* HERCKERT, 2008), investir no meio ambiente significa para a própria empresa, cuidar dos agentes que propiciam a sua riqueza, possibilitando aumento de seu patrimônio e ao mesmo tempo é uma demonstração da sua razão de servir e existir na sociedade, o que retrata responsabilidade social.

Nesse aspecto, as empresas têm um papel social e ambiental extremamente relevante. Através de uma prática empresarial sustentável, provocam mudanças de valores e de orientação em seus sistemas operacionais, engajadas à idéia de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente, com responsabilidade social (KRAEMER, 2008).

2.4 Legislação ambiental

Visto que a atuação das organizações segue regras para seu funcionamento, também não seria isenta de cumprir com legislações que regem suas atividades empresariais. As sanções estão cada vez mais severas e os órgãos responsáveis cada vez mais atuantes.

Dentre a legislação ambiental, a Leis de Crimes Ambientais (LCA), estabeleceu a responsabilidade da pessoa jurídica, no art. 3º:

As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único – A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras e co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Como não é possível estabelecer pena de prisão para as empresas, elas respondem de forma administrativa, como descreve o Art. 22 da LCA:

§ 1º - A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às disposições legais e regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente;

§ 2º - A interdição será aplicada quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar;

§ 3º - A proibição de contratar o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não poderá exceder o prazo de dez anos.

Quanto às penalidades, o Decreto Federal 3179/99, dispõe no Art.41:

Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou multa diária [...].

§1º - E incorrem nas mesmas multas quem: tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para ocupação humana; causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população; causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade; lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos ou detritos, óleos ou substâncias oleosas em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos; deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

§ 2º - As multas e demais penalidades de que trata este artigo serão aplicadas após laudo técnico elaborado pelo órgão ambiental competente, identificando a dimensão do dano decorrente da infração.

O mesmo Decreto, trata de licenças ambientais no Art. 53, e determina que: quem deixar de obter o registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, as pessoas físicas e jurídicas, que se dedicam às atividades potencialmente poluidoras e à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora: Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

2.5 Contabilidade ambiental

A denominação ambiental é demasiadamente ampla, Sá (2008) ressalta que o mercado é ambiental, a natureza é ambiental, a tecnologia é ambiental, a lei é ambiental, a política é ambiental, em suma, tudo o que está fora do patrimônio é ambiental. Adotou-se, não obstante a isto, uma ferramenta que abrangesse, com critério, todo este aspecto.

A Contabilidade Ambiental passou a ser vista como um novo ramo da contabilidade em fevereiro de 1998, como lembram Kramer e Tinoco (2004), com a finalização do “Relatório Financeiro e Contábil sobre Passivo e Custos Ambientais” pelo Grupo de trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR - United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting).

Não é de hoje que a sociedade passou a demandar das empresas informações sobre a questão ambiental. Assim a contabilidade, além do registro de transações econômicas, passa a apresentar eventos ambientais, conduzindo o papel de divulgação da gestão ambiental, tendo em vista prevenir e corrigir danos, independente da entidade ser ou não ambientalmente íntegra (LIMA; VIEGAS *apud* KRAMER; TINOCO, 2004).

Aduz Paiva (*apud* ALBERTON; CARVALHO; CRISPIM, 2007), que a Contabilidade Ambiental é um subsistema da contabilidade que identifica, avalia e evidencia eventos econômico-financeiros que tem relação com a área ambiental, servindo de instrumento de reporte e comunicação entre empresa e sociedade.

Além do propósito de prestar informações, tange o aspecto social, como explica Costa (2007),

que a contabilidade ambiental surge não somente para atender à finalidade exclusivamente particular e única das empresas, mas também, à finalidade social de demonstrar em termos monetários o grau de destruição potencial em contrapartida às ações de conservação e preservação.

Sendo assim, suas características e finalidade, conforme Costa (2007), é de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam ou deveriam afetar a posição dos negócios, assegurando que os custos, os ativos e os passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade, ou, na sua ausência, com as práticas contábeis geralmente aceitas, além de que o desempenho ambiental tenha a ampla transparência de que os usuários da informação contábil necessitam.

A adoção por parte da empresa gira em torno de três motivos, como apresenta Kraemer (2008):

- 1- Questão de gestão interna: relaciona-se com uma ativa gestão ambiental e seu controle;
- 2- Exigências legais: a crescente exigência legal e normativa pode obrigar os diretores a controlar mais seus riscos ambientais, sob pena de multas;
- 3- Demanda dos partícipes – devida pressões internas e externas. Essas demandas podem ser dos empregados, acionistas, administração pública, clientes, bancos, investidores, organizações ecológicas, seguradoras e comunidade local.

Dessa forma, analisa-se que a Contabilidade Ambiental torna-se uma facilitadora da gestão ambiental no uso e compartilhamento das informações, para otimização da eficiência do uso dos recursos naturais, a fim de reduzir o impacto de risco, assim como, os gastos na preservação ambiental.

2.6 Balanço ambiental

Concretizando a credibilidade e importância de se mensurar dados, surge o Balanço Ambiental, que tem por principal objetivo tornar pública, para fins de avaliação de desempenho, toda e qualquer atitude com ou sem finalidade lucrativa, possa ou venha a influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade (RAUPP *apud* HERCKERT, 2008).

Mello (2004) defende a seguinte expressão para Balanço Ambiental: o bem ambiental (ativo) diminuído em seu valor pela degradação ambiental (passivo) é igual ao ambiente em que vivemos que, por analogia, podemos chamar de patrimônio líquido ambiental e o patrimônio líquido negativo significa falência.

O Balanço Ambiental, assim como o Patrimonial, possuem ativos e passivos, que relatam as atuações das organizações nestes dois aspectos, evidenciando as relações do patrimônio com o meio ambiente. Na visão de Herckert (2008), o Balanço Ambiental é um documento demonstrativo que expressa o ativo e passivo ambiental natural num determinado momento. Ele evidencia, de forma sintética, as contas da gestão ambiental natural da célula social.

É exatamente nestes lançamentos que a empresa demonstrará e divulgará a gestão ambiental, onde qualifica e quantifica seus investimentos e reparos.

Um ativo ambiental consiste em todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental (COSTA, 2007).

Para Kraemer (2008), um ativo é um recurso controlado pela empresa que surge de eventos passados e de onde são esperados futuros fluxos de benefícios econômicos diretos ou indiretos para a empresa, através de: aumento da capacidade ou aumento da segurança ou eficiência de outros ativos próprios da empresa; redução ou prevenção de provável contaminação ambiental resultante de futuras operações; ou, ainda, conservação do meio ambiente.

Em contrapartida, toda e qualquer obrigação de curto e longo prazo, destinada a amenização dos danos causados ao meio ambiente, consiste num Passivo Ambiental (KRAEMER *apud* HERCKERT, 2008). Assim também pensa Ribeiro (*apud* HERCKERT, 2008) e reafirma que os lançamentos neste evento, consistem em obrigações ambientais decorrentes de compras de ativos ambientais, de elementos consumidos durante o processo de produção e provenientes de penalidades recebidas por infração à legislação ambiental, por danos ao meio ambiente e à propriedade de terceiros.

Qualquer que seja o usuário dessas informações, poderá estar interessado na identificação dos riscos de eventual descontinuidade e das perspectivas de continuidade, tendo em meta as ações e pressões governamentais, da comunidade financeira, de crédito e da sociedade em geral, observando que a evidenciação dos fatores, refletem a interação da empresa com o meio ambiente.

2.7 Auditoria Ambiental

A Auditoria Ambiental é utilizada como ferramenta de controle e gestão dos impactos ambientais e avaliação de políticas de processos. É também considerada como instrumento voluntário de gestão ambiental que permite verificar a compatibilidade da atividade empresarial com a melhoria constante dos padrões ambientais e com o atendimento das normas aplicáveis (FRANCISCO, 2001).

Segundo Tachizawa (2004), a auditoria ambiental, independentemente da existência de certificação ISO 14001, deve levar em consideração análise crítica do sistema de gestão ambiental adotado, de modo a assegurar sua conveniência, adequação e eficácia. Assim, as informações devem ser coletadas e documentadas para que a administração possa proceder a avaliação das ocorrências, bem como proceder a melhoria necessária.

Ressalta Kraemer (*apud* COSTA et al., 2006), que a Auditoria Ambiental possui o propósito de permitir que a empresa mensure sistematicamente seu desempenho ambiental, afim de conseguir as melhorias necessárias e avaliá-lo no curso de uma aquisição ou fusão, permitindo que o vendedor ou comprador conheça suas potenciais responsabilidades.

Para Kraemer (2008), a adoção de auditorias ambientais, por meio de procedimentos de contabilidade ambiental, traz vantagens em termos avaliar as condições ambientais de uma atividade produtiva, auxiliam no controle operacional e no desenvolvimento de mecanismos de ações preventivas, corretivas e de avaliação do desempenho ambiental.

Em sua aplicação, Barbieri (2008) identificou problemas e oportunidades, como:

- fontes de poluição e medidas de controle e prevenção;
- uso de energia e água e medidas de economia;
- processos de produção e distribuição;
- pesquisas e desenvolvimentos de produtos;
- uso, armazenagem, manuseio e transporte de produtos controlados;

- subprodutos e desperdícios;
- estações de tratamento de águas residuárias (esgoto) ;
- sítios contaminados;
- reformas e manutenções de prédios e instalações;
- panes, acidentes e medidas de emergência e mitigação;
- saúde ocupacional e segurança do trabalho.

A adoção e implantação de uma Auditoria Ambiental demonstram uma postura reativa à pró-ativa em relação ao meio ambiente, onde é possível conduzir ao lucro, uma redução de desperdícios, e até mesmo, eliminação das perdas dos recursos naturais, seja ela uma auditoria interna ou externa (MEDEIROS, 2008).

A Auditoria, é um instrumento de avaliação e estratégia, que no âmbito empresarial é adotado somente em caráter preventivo, deixando de lado a oportunidade de identificar-se novos negócios e demais fontes de lucro.

2.8 Sustentabilidade Empresarial

O desafio de ser sustentável, incorpora-se ao planejamento estratégico, e revela que muitas empresas ainda não perceberam até mesmo os impactos na sua forma de atuação em questões ligadas, por exemplo, à energia, à água e às mudanças climáticas. Nota-se que muitas atuam nessas questões por conta do agravamento da situação, não por vontade própria, mas pela natureza do negócio. O principal obstáculo para o enfrentamento dos desafios apresentados ainda é a falta de articulação institucional entre as empresas, governo e sociedade, observa Oliveira (2007).

Determinadas organizações adotam, declaram e demonstram o compromisso com o desenvolvimento sustentável através de participação formal em grupos de referência como *Global Compact* da Organização das Nações Unidas (ONU), *Dow Jones Sustainability Index*, Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa e o *Global Reporting Initiative* (GRI).

O GRI é um acordo internacional criado com uma visão de longo prazo, cuja missão é elaborar e difundir as diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade aplicáveis global e voluntariamente pelas Organizações que desejam dar informação sobre os aspectos econômicos, ambientais e sociais das suas atividades, produtos e serviços (MARTINS, 2008).

O conceito de desenvolvimento sustentável resgata a necessidade de um balanço entre fatores sociais, ambientais e econômicos. Os indicadores de desenvolvimento sustentável representam assim ferramentas que usadas com sabedoria e adequadamente, possibilitarão a construção de base para mudanças.

Mensura Ruschel (2007), que as organizações que investem em sustentabilidade, tem potencial para aumentar seu valor de mercado em até 12%, seu lucro em até 38% e a produtividade em até 8%.

3 Metodologia

O levantamento bibliográfico foi a base deste artigo, que abordou o tema e que embasou teoricamente o desenvolvimento de um modelo simplificado de Balanço Ambiental (BA), evidenciando uma pesquisa exploratória do assunto.

A pesquisa apresenta uma proposta para a realização de um Balanço Ambiental (BA) simplificado, que utilizou como base o modelo do Balanço Social, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o modelo do Demonstrativo de Responsabilidade Ambiental (DRA), apresentado por Lyra et al. (2006).

4 Resultados e discussões

Sendo assim, desmistifica-se a idéia de que o Balanço Ambiental é um instrumento complexo e que pode ser usado contra a empresa, dando-lhe características mais simples e permitindo tornar-se uma ferramenta útil a gestão organizacional. Quanto à abordagem, segundo Raupp e Beuren (*apud* LYRA et al., 2006), a pesquisa caracterizou-se como de natureza qualitativa, por permitir uma análise da complexidade do Balanço Ambiental, adequando-o a realidade da organização e por conceber análises mais profundas do tema abordado.

Nota-se que não há uma preocupação por parte dos órgãos e entidades responsáveis em estabelecer um modelo que sirva de base para lançamentos das atuações junto ao meio ambiente. Disseminar que é socialmente responsável pressupõe-se que existam fundamentos e argumentos para essa divulgação e, portanto, que se mostra a realidade, em números e relatórios, dos processos adotados. É o que convém, cada vez mais, aos que estão verdadeiramente comprometidos com a imagem da empresa e com meio que faz parte, sem receio de expor suas faltas e deslizes que, se por ventura existam, podem e devem ser corrigidos.

O modelo pesquisado do IBASE traz informações abrangentes sobre responsabilidade social, porém não contém informações minuciosas sobre o aspecto ambiental, retratando somente informações básicas. Por abranger diversos setores, seu desenvolvimento é trabalhoso, podendo gerar dificuldades na consolidação dos dados e na interpretação de como será usado. Mas, sem sombra de dúvidas, prova que a empresa está estrategicamente preparada e seu sistema de informações bem desenvolvido.

Já o DRA, traz em seu contexto uma criteriosa mensuração dos dados ambientais, como a divulgação, em valores, de investimentos em reflorestamento, equipamentos antipoluentes, além dos recursos em recuperação do meio ambiente. A dificuldade encontrada está no levantamento e publicação dos investimentos em relação percentual ao Resultado Operacional (RO) e Receita Líquida, o que normalmente inibe à empresa.

O modelo proposto traz consigo uma simplicidade no levantamento, além da facilidade de leitura e interpretação de todos os públicos de interesse, agregando os tópicos do DRA e a interpretação dos itens lançados, como no do IBASE, resumido-se no modelo abaixo (Figura 1).

O Balanço Ambiental (BA) proposto (Figura 2) demonstra, de forma clara e objetiva, informações sobre as ações adotadas pela empresa para amenizar os impactos de suas atividades e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Herckert (2008) afirma que o Balanço Ambiental deve apresentar o desejável, o que efetivamente

foi feito para controlar o impacto ambiental pelos resíduos do sistema produtivo, podendo gerar aumento de custos com reparos ambientais.

<p>ATIVO</p> <ul style="list-style-type: none">■ Investimentos em meios patrimoniais, utilizados para preservação e recuperação do meio ambiente natural;■ Investimentos realizados que possuem perspectivas de geração de benefícios futuros no processo de controle preservação ambiental;■ Estoques dos insumos peças e acessórios utilizados no processo de eliminação dos níveis de poluição;■ Investimentos em máquinas equipamentos instalações adquiridos ou produzidos com a intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente;■ Gastos com pesquisas visando desenvolvimentos de tecnologias modernas de médio e longo prazo desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes;■ Bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle preservação e conservação do meio ambiente;■ Todo recurso retirado da natureza e que não se renova naturalmente, em quantidade viável no aspecto temporal. É um recurso exaurível onde se enquadra os metais, zinco, ferro, alumínio, carvão, petróleo, florestas, mármore, etc. <p>PASSIVO</p> <ul style="list-style-type: none">■ Obrigações com terceiros a curtos e longos prazos, com aplicação na natureza e destinadas única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas à extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente. Inclusive percentual do lucro do exercício com distinção compulsório direcionados a investimentos na área ambiental;■ Obrigações contraídas pela empresa perante terceiros que tem como origem um gasto ambiental (ativos, custos despesas, etc.) constituindo-se de obrigações ambientais, decorrentes de compras de ativos ambientais, de elementos consumidos durante o processo de produção e aqueles provenientes de penalidades impostas às organizações, por infração à legislação ambiental, danos ao meio ambiente e à propriedade de terceiros.
--

Figura 1 – Modelo de Balanço Ambiental

ATIVO AMBIENTAL	
Lançamentos	R\$
1. Compras de máquinas e equipamentos	
2. Manutenção	
3. Invest. preservação rec. exauríveis	
4. Pesquisa e Desenvolvimento	
5. Estoques	
PASSIVO AMBIENTAL	
Lançamentos	R\$
1. Pagamento de multas ambientais	
2. Processos judiciais	
3. Custos com tratamentos de resíduos	
4. Custos com recuperação ecossistema	

Figura 2 – Modelo Proposto de Balanço Ambiental

O desempenho das empresas apurado pela demonstração de resultados, enfatiza Kraemer (2008), pode mostrar com clareza o montante de recursos consumidos naquele período específico para a proteção, controle, preservação e restauração ambiental, identificando o montante de gastos com penalidade e multas.

Se tratado seriamente, como um instrumento informativo e somado ao relatório de uma auditoria, permite à empresa e a outros interessados, conhecer sua gestão, além de demonstrar que a organização cumpre a legislação e que, por vezes, faz além do que lhe é determinado por lei.

5 Considerações finais

Foi evidenciado que a Contabilidade não pode retratar somente a escrituração e a mensuração quantitativas do patrimônio físico da organização. Sua gestão, o conjunto de ações que a diferenciam no mercado, seu capital intelectual e sua sustentabilidade devem, também, merecer por parte desta ciência, que demonstra e permite observações gerenciais e decisões econômico-financeiras, total atenção.

A Contabilidade Ambiental é um novo ramo de estudos que tornam visíveis, de forma padronizada, não só os impactos ambientais provocados pela empresa, que geram passivos ambientais, mas também, os investimentos realizados em ações preventivas para conter os riscos gerados em processos internos de fabricação ou em ações externas não vinculadas ao seu próprio negócio, mas que demonstram ao mercado, sua atuação social.

A legislação ambiental, a fiscalização e a própria cobrança da sociedade se intensificaram e estão gerando uma evolução rápida na área ambiental. Mas, não se pode esquecer que a complexidade da legislação, a falta de profissionais capacitados na área contábil e técnica ou o desconhecimento das soluções aplicáveis, muitas vezes caras pela pouca disponibilidade no mercado, geraram muito medo no empresário, que divulga apenas o que lhe convém ou mesmo foge ao assunto para não se expor, enco-

brindo os problemas que necessitam de ações efetivas.

É necessário acordar, criar modelos contábeis eficazes, mas simples, orientando o empresário para a sua aplicação, de forma a não só conscientizá-lo que esses modelos podem auxiliá-lo em seus negócios, mas satisfazer, com eficácia, às necessidades do meio ambiente.

É preciso que o empresário perceba que não pode mais esconder-se ou agir inadequadamente. Realizando de forma corretiva ou preventiva, deve tornar pública sua atitude, servindo como exemplo, para os que ainda não entenderam o seu verdadeiro papel social. O artigo ainda propôs um modelo de Balanço Ambiental (BA) simplificado, com possibilidade de ser auditado, que permite sua rápida adoção e a sistematização na divulgação de informações de cunho ambiental, necessária à sua visibilidade no mercado. Não é uma receita de bolo, podendo ser adequada à realidade de cada empresa. Contudo, a maior proposta deste trabalho entende-se atingida, qual seja a de demonstrar que a padronização e a adoção do Balanço Ambiental, como estrutura organizada e detalhada das informações ambientais para os *stakeholders* da organização, devem ser encaradas como ferramentas de crescimento sustentável.

Referências

ALBERTON, L.; CARVALHO, F.; CRISPIM, H. G. **Evidenciação da responsabilidade social/ambiental na perspectiva de um novo contexto empresarial**. 2007. Disponível em: <<http://gestaoambiental.com.br/article>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Legislação ambiental**. Disponível em: <http://www.controleambiental.com.br/decreto_99274.htm>. Acesso em 02 out. 2008.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações: das intenções aos resultados**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

COSTA, R. S. Análise da terminologia utilizada nos estudos de contabilidade ambiental. **Santa Lucia em revista**, ano 1, n. 1, jul./dez., 2007.

COSTA, Aldori Fernandes da et al. Demonstrativo de responsabilidade ambiental como fonte de informação contábil. 2006. Disponível em: <<http://www.furb.br/especiais/download/555587-885080/Artigo%206%20-%20Sem%20Cont%202006%20-%20Demonstrativo%20de%20responsabilidade%20ambiental.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza; SIQUEIRA, José Ricardo Maia; GOMES, Mônica Zaidan (Orgs.). **Contabilidade ambiental e relatórios sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANCISCO, Denise Pinheiro. Danos sócio-ambientais urbanos e ação civil pública. Disponível em: <<http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/1615/ArtigoDeniseFrancisco.pdf>> Acesso em: 17 abr. 2008.

HERCKERT, W. O patrimônio e o desenvolvimento sustentável. 2008. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/o-patrimonio-desenvolvimento-sustentavel.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

KRAEMER, M. E. P. A contabilidade como alavanca na construção do desenvolvimento sustentável. 2008. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/contabilidade/contabilidade.shtml#por>> Acesso em: 30 jul. 2008.

KRAEMER, M. E. P.; TINOCO, J. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

LYRA, R. L. et al. Demonstrativo de responsabilidade ambiental como fonte de informação contábil. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2., 2006, Blumenau. Disponível em: <<http://www.furb.br/especiais/interna.php?secao=486>>. Acesso em: 12 fev. 2008.

MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade social e governança**: o debate e as implicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2006.

MARTINS, José P. S. **Responsabilidade social corporativa**: como a postura responsável compartilhada pode gerar valor. São Paulo: Komedi, 2008.

MELLO, S. A. Será passivo o passivo ambiental? **Eco**, v. 21, n. 94, set. 2004.

NUNES, Paulo. Conceito de contabilidade. 2008. Disponível em: <http://www.notapositiva.com/trab_professores/textos_apoio/contabilidade/01concontabilidade.htm> Acesso em: 06 jul. 2008.

OLIVEIRA, Carlos E. A comunicação das informações contábeis aos tomadores de decisão: a gestão do conhecimento dos indicadores financeiros da Companhia Vale do Rio Doce após a Privatização. 2008. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/companhia-vale-rio-doce-privatizacao/companhia-vale-rio-doce-privatizacao.shtml>> Acesso em: 01 out. 2008.

OLIVEIRA, Wanderley. A terra tem cura: o Brasil, responsabilidade e oportunidades. **Consumidor Moderno**, ano 11, n. 116, jul., 2007.

RUSCHEL, R. Sustentabilidade: o valor intangível que vale milhões. **Banas Qualidade**, jun., 2007.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SÁ, A. L. Considerações gerais sobre a contabilidade aplicada ao meio ambiente natural. Disponível em: <<http://www2.masterdirect.com.br/448892/index.asp?opcao=7&cliente=448892&avulsa=4982>>. Acesso em: 12 maio 2008.